



**Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

MINUTA PREGÃO

Contrato para prestação de serviço de instalação e fornecimento de novo quadro para a rede elétrica do Centro de Processamento de Dados- CPD localizado na sede da Susep, que fazem entre si a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a <nome da empresa>.

A Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 42.354.068/0001-19, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro - Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo (a) <cargo do ordenador de despesas>, Sr. <nome do ordenador de despesas>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF – MF sob o nº <nº do CPF>, consoante delegação de competência conferida pela Portaria SUSEP nº xxxx, de xx de xxxxx de 20xx, doravante denominada CONTRATANTE e a <nome da empresa>, inscrita no CNPJ – MF sob o nº <nº do CNPJ>, situada na <endereço>, neste ato representada pelo <nome do representante>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF – MF sob o nº <nº do CPF>, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si e celebram o presente Contrato, nos termos do Pregão Eletrônico nº XX/2013, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e suas respectivas alterações, aplicando subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, as demais normas complementares, e do que consta do Processo SUSEP nº 15414.001797/2013-09, mediante as condições inseridas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para instalação e fornecimento de novo quadro para a rede elétrica do Centro de Processamento de Dados- CPD localizado na sede da SUSEP, conforme especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência COSER 10/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato terá duração de 15 (quinze) dias, contada a partir da data da Ordem de Serviço.

Parágrafo primeiro. A Ordem de Serviço deverá ser solicitada no máximo em 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho em nome da CONTRATADA.



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

Parágrafo segundo. O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra um dos motivos previstos no § 1º do art 57, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** executará os serviços na forma estipulada no item 7 (Dos Serviços), 8 (Dos Materiais e Ferramentas) e 9 (Requisitos Mínimos Necessários para a Execução dos Serviços) do Termo de Referência COSER nº 10/2013.

Parágrafo único. Os serviços, objeto deste Contrato, serão executados pela **CONTRATADA**, obedecendo ao disposto no respectivo instrumento convocatório e seus anexos, na Lei nº 8.666/1993 e na IN SLTI/MPOG nº 02/2008 e alterações posteriores, demais normas legais e regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

a) Implantar, de maneira adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, objetivando a obtenção de uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante;

b) informar à **CONTRATANTE** toda legislação técnica e específica vigente na data da execução dos serviços, obrigando-se a observar rigorosamente todo o seu conteúdo;

c) atender prontamente quaisquer exigências do representante da **CONTRATANTE**, garantindo um serviço de alto padrão, sem nenhum custo adicional;

d) observar os prazos de entrega e periodicidade para a execução dos serviços estabelecidos no Termo de Referência COSER 10/2013, em consonância com a fiscalização do contrato;

e) reparar, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas quaisquer vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço objeto deste Contrato e/ou dos materiais empregados;

f) atender à Instrução Normativa MPOG nº 02/08 e suas alterações, preenchendo as planilhas de formação e preços;

g) comunicar a **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração em seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, a fim de serem tomadas as providências cabíveis;

h) responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à **CONTRATANTE** e/ou terceiros por seus empregados, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir;



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

- i) fazer com que os usuários dos serviços recebam tratamentos adequados, respeitosos e atenciosos;
- j) receber as observações do Fiscal de Contrato, relativamente ao desempenho das atividades;
- k) comunicar à **CONTRATANTE**, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam prejudicar, a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público; e
- l) não proceder à veiculação de publicidade deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços demandados e realizados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas neste Contrato;
- b) não permitir que a **CONTRATADA** execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas neste Contrato;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**;
- d) assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, na forma prevista na Lei nº 8666/93;
- e) rejeitar todo e qualquer material, peça, ou equipamento de má qualidade, assim como solicitar a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente;
- f) assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, pelas demais empresas que executem serviços similares ao objeto do Termo de Referência COSER 10/2013, de forma a garantir que sejam mais vantajosos para a **CONTRATANTE**;
- g) acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços;
- h) especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela **CONTRATADA**; e
- i) aplicar à **CONTRATADA** as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.



**Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

O prazo para a execução dos serviços é de **15 (quinze) dias** a contar da data da ordem de serviço.

Parágrafo único. O valor correspondente aos serviços do objeto deste Contrato será pago em 100% (cem por cento) após a execução dos serviços e posterior aprovação da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DO MATERIAL E DO SERVIÇO

O prazo da garantia do material e dos serviços é de **6 (seis) meses**, a contar do aceite definitivo dos serviços pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. No período referente à garantia, a **CONTRATADA** deverá oferecer, também, suporte técnico para qualquer problema referente ao serviço prestado, quer seja material, quer seja de instalação.

Parágrafo segundo. Deverá ser apresentado Termo de Garantia assinado pelo responsável técnico da **CONTRATADA** como condição para o pagamento da Nota Fiscal.

Parágrafo terceiro. Durante o período da garantia, um técnico habilitado deverá comparecer nas dependências da **CONTRATANTE** em no máximo 12 (doze) horas quando da detecção de problemas afetos à instalação do quadro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

O preço total dos serviços contratados corresponde à importância de R\$ **xxxxxxxxx** (**xxxxxxxxx**).

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O recurso orçamentário destinado a atender às despesas decorrentes deste Contrato corresponde ao valor de R\$ **xxxxxxxxx** (**xxxxxxxxx** reais), correndo por conta da dotação orçamentária consignada à **CONTRATANTE**, no exercício financeiro de 2013, pelo programa de trabalho **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na categoria econômica **XXXXXX** conforme Nota de Empenho 20013NE**XXXXXX**.



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

Em contraprestação aos serviços prestados, o pagamento será efetuado por meio de ordem bancária e crédito em conta corrente em até 10 (dez) dias da entrega da fatura no protocolo da **CONTRATANTE**, após aceite dos serviços pela COSER, em 2 (duas) vias de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado, obedecida a medição dos trabalhos efetivamente executados.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura, por incorreções atribuídas à **CONTRATADA**, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da data do atesto do fiscal do Contrato na nova nota fiscal/fatura, corrigida e sem rasuras.

Parágrafo segundo. Será feita consulta *on-line*, sobre a situação da **CONTRATADA**, no Sistema de Cadastro Único de Fornecedores – SICAF, com a conseqüente emissão de certidão que comprove sua regularidade.

Parágrafo terceiro. Será feita retenção dos tributos exigíveis pela legislação vigente, exceto se a **CONTRATADA** tiver optado pelo SIMPLES, hipótese em que deverá comprovar tal condição mediante fornecimento de cópia do respectivo termo de opção, desde que esta opção não seja vedada pelo art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006. Será aplicado o percentual constante da tabela de retenção da Instrução Normativa nº 480, de 15 de dezembro de 2004, da Secretaria da Receita Federal ou a que vier a substituí-la.

Parágrafo quarto. As multas e retenções que porventura existam poderão ser deduzidas do próprio valor a ser pago à **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, indicado nas notas fiscais/fatura, deverá coincidir com o apresentado na proposta da **CONTRATADA**, o qual será utilizado para consulta ao SICAF, bem como para emissão de notas de empenho.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** não poderá interromper a execução dos serviços em função de pendências referentes às suas responsabilidades contidas nesta cláusula.

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da fatura, a ser estipulado mediante acordo entre as partes ou na forma do disposto no § 4º, art. 36 da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02, de 30 de abril de 2008.

Parágrafo oitavo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tiver sido imposta em decorrência de inadimplência contratual.



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A **CONTRATANTE** exercerá através de servidor indicado pela Coordenação de Serviços - COSER e de um representante da Torre Arquitetos Associados, a fiscalização dos serviços executados, observando o fiel cumprimento do disposto no Termo de Referência COSER 10/2013, neste Contrato e na legislação vigente, notadamente no Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Parágrafo primeiro. A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços serão de responsabilidade da fiscalização dos contratos, por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração, entre outros, dos seguintes aspectos:

- a) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- b) cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- c) satisfação do público usuário.

Parágrafo segundo. A fiscalização de que trata esta Cláusula, não exclui fiscalização e supervisão dos serviços por parte da **CONTRATADA** e não exime esta última da responsabilidade pela sua execução.

Parágrafo terceiro. A fiscalização de que trata esta Cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas às autoridades superiores da **CONTRATANTE**, em tempo hábil, para a adoção de medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de suas cláusulas ou quando verificados os fatos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da referida Lei, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo a rescisão por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, além das penalidades administrativas cabíveis, esta responderá por perdas e danos e demais cominações legais.

Parágrafo segundo. Em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do Contrato, prevista no art. 77 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, a **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração Pública.

Parágrafo terceiro. Em caso de rescisão contratual, o documento expedido para comunicação substituirá o Termo Rescisório, ficando as partes contratantes desobrigadas dos compromissos assumidos.



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades constantes do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002 c/c o art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, garantida prévia defesa.

Parágrafo primeiro. Em caso de inexecução do contrato, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

a) Multas Contratuais:

- a.1) Diária de 1% (um por cento) sobre o valor correspondente a 12 (doze) meses deste Contrato, por dia de atraso no início da prestação dos serviços, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor, por ocorrência, independentemente das demais sanções cabíveis;
- a.2) Diária de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal fixo do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição deste Contrato, não especificadas nas outras alíneas deste inciso, e aplicada em dobra na sua reincidência, independentemente das demais sanções cabíveis;
- a.3) Diária de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal fixo deste Contrato, pela recusa em corrigir ou substituir qualquer serviço ou material rejeitado ou com defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção ou a substituição não se efetivar no tempo estipulado pela **CONTRATANTE**, que se seguirá à data da comunicação formal da rejeição, independentemente das demais sanções cabíveis;
- a.4) Diária de 10% (dez por cento) do valor mensal fixo deste Contrato, pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, caso a correção não se efetivar em tempo estipulado pela **CONTRATANTE**, que se seguirá à data da comunicação formal da rejeição, independentemente das demais sanções cabíveis.
- a.5) De 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a 12 (doze) meses deste Contrato no caso de sua rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE**, motivado por culpa da **CONTRATADA**, inclusive pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

b) Multas Administrativas:

- b.1) Até 10 % (dez por cento) do valor correspondente a 12 (doze) meses deste Contrato.
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e, descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, para licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa.

Parágrafo segundo. As penalidades poderão ser combinadas e não há necessidade de primeiro serem aplicadas penas mais brandas, podendo a **CONTRATANTE**, dependendo do ocorrido, aplicar diretamente as penalidades mais graves.

Parágrafo terceiro. No processo de aplicação de sanções, será sempre assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo quarto. A penalidade aplicada será registrada no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Quaisquer danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

b) A administração e o gerenciamento do Contrato ficam a cargo da CGADM/COSER, localizado na Av. Presidente Vargas, 730 – 8º andar, Rio de Janeiro, RJ.

c) Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados serão consideradas regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela contratada, através do protocolo carta, telegrama ou fax, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes.

d) Caso a **CONTRATADA** não comprove a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual, constituir-se-á inexecução parcial do contrato, incidindo as sanções cabíveis;

e) A **CONTRATADA** deverá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) São partes integrantes deste Contrato: o Edital e seus Anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA**, esta no que não conflitar com as demais partes;

g) A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de qualificação e habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº **XX/2013**.



**Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, não resolvidas administrativamente, as partes elegem o Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e pactuadas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, xx de xxxxx de 2013.

Geraldo de Carvalho Baeta Neves Filho
Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

<Nome>
<Empresa Contratada>